ESTADO DE RORAIMA
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA
Assembleia Legislativa

Boa Vista-RR, 19 DE JUNHO DE 2009 Editado conforme Resolução nº 041/08 Edição 650 Páginas: 12

MESA DIRETORA

DEPUTADO MECIAS DE JESUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
1º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO JOSÉ REINALDO
2º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO DAMOSIEL L. DE ALENCAR
3º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADA MARÍLIA PINTO
1ª SECRETÁRIA

DEPUTADO REMÍDIO MONAI
2º SECRETÁRIO

DEPUTADO ROSINALDO ADOLFO
3º SECRETÁRIO

DEPUTADO MARCELO CABRAL
4º SECRETÁRIO

DEPUTADO ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
DEP. RODOLFO BRAGA - PRESIDENTE
DEP. JALSER RENIER – VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS
DEP. RONALDO TRAJANO - PRESIDENTE
DEP. ERCI DE MORAES - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE
DEP. IONILSON SAMPAIO - PRESIDENTE
DEP. ZÉ REINALDO - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE
DEP. CÉLIO WANDERLY - PRESIDENTE
DEP. MARCELO CABRAL - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
DEP. LÚCIA PEIXOTO - PRESIDENTE
DEP. RAUL LIMA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL
DEP. CHICÃO DA SILVEIRA - PRESIDENTE
DEP. LEONÍDIO LAIA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DAS MINORIAS
DEP. FLAMARION PORTELA - PRESIDENTE
DEP. SARGENTO DAMOSIEL - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE ÉTICA PARLAMENTAR
DEP. FLÁVIO CHAVES - PRESIDENTE
DEP. NALDO DA LOTERIA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E ASSUNTOS INDÍGENAS
DEP. AURELINA MEDEIROS - PRESIDENTE
DEP. IONILSON SAMPAIO - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
DEP. IVO SOM - PRESIDENTE
DEP. CHICO GUERRA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE VIAÇÃO, TRANSPORTES E OBRAS
DEP. TIÃO PORTELLA - PRESIDENTE
DEP. RONALDO TRAJANO - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO AOLESCENTE E DO IDOSO E DE AÇÃO SOCIAL
DEP. MARÍLIA PINTO - PRESIDENTE
DEP. SOCORRO SIMÕES - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DEP. ERCI DE MORAES - PRESIDENTE
DEP. CHICÃO DA SILVEIRA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS E MERCOSUL
DEP. LEONÍDIO LAIA - PRESIDENTE
DEP. REMÍDIO MONAI - VICE-PRESIDENTE

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

R E S O L U Ç Ã O Nº 577/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **ANTONIO DE PAULO ALVES GOMES, JULIANA ALVES RODRIGUES, CLEYVID LEE ARAÚJO PESSOA, FRANCISCA PERES LIMA e KELVID LEE ARAÚJO PESSOA, Assessores Parlamentar (Gab. Dep. Célio Wanderley),** para o município de Bonfim, nos dias 19 e 20.06.09, aonde os mesmos representarão o deputado acima mencionado em reuniões com moradores daquele município, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 19 de junho de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
1º Vice-Presidente
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 1841ª SESSÃO, EM 09 DE JUNHO DE 2009.
37º PERÍODO LEGISLATIVO DA 5ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ZÉ REINALDO.
(Em exercício)

Às nove horas do dia nove de maio de dois mil e nove, no Plenário desta Casa Legislativa, nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, deu-se a milésima octingentésima quadragésima primeira Sessão Ordinária do trigésimo sétimo Período Legislativo da quinta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) – Convido os Senhores Deputados **Célio Wanderley e Chicão da Silveira** para atuarem como Primeiro e Segundo Secretários ***ad hoc*.**

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente **(Zé Reinaldo) -** Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, dou por aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Célio Wanderley**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) - Em discussão a Ata.

Em votação, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira) –** Senhor Presidente, o expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Projeto de Lei s/nº, de 02/06/09, de autoria do Deputado **Flamarion Portela**, que "Fixa datas para a participação da família dos alunos das escolas públicas do Estado e dá outras providências".

- Ofício nº 026/09, de 04/06/09, do Gabinete do Deputado **Chicão da Silveira**, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 04/05/09.

- Projeto de Lei s/nº de 05/06/09, de autoria do Deputado **Célio Wanderley,** que "Estabelece a obrigatoriedade da existência de bebedouros e sanitários nos prédios públicos destinados ao atendimento à população.

- Ofício nº 028/08, de 08/06/09, do Gabinete da Deputada **Marília Pinto,** justificando sua ausência às Sessões Plenárias dos dias 09 e 10 de maio de 2009.

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

- Mensagem Governamental nº 026, de 05/05/2009, encaminhando, para apreciação da Assembleia Legislativa, Projeto de Lei que "Dispõe sobre a alteração da Lei 499, de 19/07/05, e dá outras providências".

- Mensagem Governamental nº 027, de 05/05/2009, encaminhando, para apreciação da Assembleia Legislativa, Projeto de Lei que "Altera o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da FEMACT, constantes na Lei nº 537, de 24/03/06, e o anexo I da mesma Lei e dá outras providências".

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – procede à chamada.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes –** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputado, Membros da imprensa, funcionários e amigos presentes. Senhor Presidente, dizem que o companheiro leal é aquele que tem o discernimento de elogiar quando for preciso, mas criticar quando for necessário, fazemos parte da base de apoio ao Governo, mas já estive por muitas vezes reclamando de situações às quais não se dava o devido encaminhamento, mas também estou pronto para vir à tribuna, como faço nesta manhã ou quando for para comentar medidas que considero construtivas, em termos de administração do Poder Executivo, dentre essas gostaria de destacar que neste fim de semana participei da distribuição do pró-custeio. Conforme a minha maneira de ver, a postura do Senhor Governador está correta, o fato da distribuição desse crédito, deixa bem claro o objetivo desse benefício, sabidamente o pró-custeio não é um financiamento de uma linha de crédito regular, seja ela dos bancos oficiais federais ou estaduais. Na verdade, é um complemento que o há vários anos, desde os tempos do ex-Governador **Flamarion,** que vem sendo distribuído aos agricultores, familiares para que façam frente a determinadas situações que muitas vezes suprem certas deficiências ou burocracia dos créditos regulares. O segundo ponto que julgamos acertado de parte do Senhor Governador **Anchieta Junior,** se refere ao Convênio que ontem foi assinado com os 14 Municípios do interior.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flávio Chaves -** Fiz parte da entrega do pró-custeio, a convite do Senhor Governador, na Vila São Silvestre, por motivos particulares, o Senhor Governador procedeu à entrega no Taiano, Paredão, sede do Alto Alegre. Já por volta das 17 horas, quando era para ele chegar na Vila São Silvestre, porém ele não pode comparecer, estavam presentes os Deputados: **Sargento Damosiel, Ronaldo Trajano,** esperamos até 16:30, como eu tenho uma propriedade próxima à vila, fui para minha residência. Fui surpreendido, pois havia só 27 produtores rurais inscritos para o pró-custeio, inclusive pessoas que nem propriedade, têm, eu tenho certeza que o Governador não tem conhecimento disso. Estou solicitando da Secretaria de Agricultura a documentação dessas pessoas, por ter pessoas da mesma família, com 5 a 8 pessoas que recebem o pró-custeio, se cada pessoa tem um lote eu aceito, mas tem pessoas que tem lote mas não receberam, enquanto outros nem lote têm, mas recebem. Então, deve haver uma fiscalização para averiguar isso, para que aqueles que tem lotes que foram pra lá e ficaram até as 17 horas, no final, perceberam que não estavam inscritos por falta de responsabilidade do administrador daquele Município. Já comunicamos ao Prefeito, relatei a administração precária que é feita no Município, já comunicamos ao Secretário anterior de agricultura que nada foi feito, e ele continua colocando quem ele bem quer. Então eu estou solicitando da Secretaria de Agricultura para que chegue até o Governador para que ocorra um recadastramento dessas pessoas, se isso ocorre em uma Vila imagine em todo o Estado.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** continua – Eu estou me referindo ao pró-custeio com relação ao seu objetivo e sua forma, mas o que Vossa Excelência levanta eu sei que é procedente, os Deputados: **Damosiel, Ronaldo Trajano e Braga, Chicão,** viram qual foi a reação do Governador em Alto Alegre, sobre o que acontece, e eu não preciso tampar o sol com a peneira, é que Alto Alegre ainda tem representantes que teimam em querer permanecer na política, querem fazer sempre a sua política particular. E, na verdade, foi feita uma seleção relacionando a um determinado cidadão, que eu não vou entrar no mérito por falta de detalhes. Mas quem foi o titular da pasta da Secretaria de Agricultura por duas oportunidade, eu sei que lá não mudou, continuam, como no início do Governo, certas práticas políticas que, sempre que podem, interferem em práticas importantes como esta. Eu garanto que o Senhor Governador tomou de pronto as providências com relação ao Alto Alegre, e certamente não deixará passar em brancas nuvens a situação.

Voltando à assinatura do convênio com os 14 Municípios visando dar condições àqueles Municípios para promoverem não só a limpeza se suas comunas, mas também usarem esse recurso para terceirizar serviço para o bom andamento das comunas Municipais, que passam, como nós sabemos, por momentos difíceis. Tem um outro acerto, não do Convênio em si, mas acerca de um mês atrás, eu fui portador de recado de pelo menos 4 Prefeitos do interior do Estado, de que eles não estavam satisfeitos com ralação à distribuição de um convênio que estava para ser assinado. A área técnica do Governo havia feito uma distinção, dividiu os 14 Municípios em 2 grupos: um grupo de 4 que ele considerou grande, e os outros 10 pequenos, e repassaria 30 mil para os pequenos e 50 mil para os grandes. Os 10 Prefeitos prejudicados estavam inconformados, e nós fomos portadores desse recado ao Senhor Governador, que disse que isso procedeu da área técnica. E eu disse que estava reclamando, como político, e considero essa distribuição injusta que pode satisfazer certos princípios da área técnica, mas não atende as variáveis políticas, pois que diferença faz dividir o mesmo montante em igualdade de condições? Não vejo como um Município por ser um pouco menor, tem mais dificuldades. Então, ele disse que ia ver a possibilidade de distribuir em partes iguais, e esse convênio acaba sendo feito dessa forma, que eu acredito ser bom para todos. Em um simples raciocínio, se prevalecesse a primeira idéia o Governo estaria beneficiando 4 e descontentando 10, coisa que não tem sentido político. Então eu acho que o nosso Governador está começando a superar determinadas dificuldades e começando a ter acertos que nos animam. Diante isso, eu diria que há uma outra medida que já foi anunciada, medida essa em que, de alguma forma, em um passado recente, estivemos envolvidos. O Governador anuncia que até setembro deverá substituir o repasse do vale solidário na forma de cartão magnético do Banco do Brasil. O correio se propõe a colocar bancos postais em todas as sedes municipais. Isso é uma oferta antiga que data de 2002, quando, eu acho, essa é a melhor notícia, tanto é que a deixei para o fim. É porque nunca vim ocupar a tribuna para tocar nesse assunto diretamente, mas como integrante da base de Governo nunca me conformei em ver a prática de distribuir o "vale-solidário" da mesma forma que se fazia em outros tempos que acaba sendo paternalista e que não contribui para levantar a dignidade do cidadão já que é um programa. Pois bem, em 2002 quando fiz parte da chapa do **Ottomar Pinto,** como vice, o nosso programa de campanha contemplava um vale com cartão magnético parecido com o programa federal do Governo, a assessoria da campanha do nosso oponente, o nosso colega Deputado **Flamairon,** contrapôs muito bem a nossa proposta de campanha, colocando um flash na televisão que deu o que falar. Eram dois cidadãos com um cartão tentavam tirar dinheiro de um caixa eletrônico e não saia nada, tá vendo? Tudo isso é papo furado. Pois bem, depois o vale foi implantado, passaram os anos, quando assumimos o Governo cobrei o cumprimento da campanha, transformando imediatamente, a distribuição do vale em forma de cartão magnético. Por razões que não vou discutir, certas variáveis influenciaram, e o vale voltou a ser entregue como antes, que a meu ver nunca atendeu plenamente, e não satisfaz a maioria do povo. Então, quero me congratular com o Senhor Governador por essa medida, que ao meu ver vem contribuir para aumentar a confiança das pessoas menos favorecidas no seu Governo, além de contribuir para levantar ainda mais a dignidade das pessoas, que é algo que deve ser sempre preservado, e sobretudo, encerra mais uma fase do paternalismo que eu acho que nada constrói, e leva as pessoas a serem dependentes daquele benefício. Dessa forma, quando uma dona de casa estiver no guichê eletrônico retirando as parcelas a que faz jus, nem um de nós está sabendo se é uma dona de casa, se é uma médica, é uma cidadã que está ali com toda dignidade preservada recebendo um benefício que lhe é, por direito, devido. Parabéns ao nosso Governador, e esperamos que daqui para frente os nossos acertos sejam freqüentes o que pode levá-lo a um grande Governo.

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo) –** A Mesa congratula-se com Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Ivo Som -** Senhor Presidente, Mesa Diretora da Casa, amigos, servidores. Senhoras e Senhores, sejam bem vindos. Senhor Presidente, não vou me alongar, até porque eu estou sempre falando a respeito da energia elétrica. Fazemos fronteira com dois países, a Guiana e

Venezuela, sendo o último uma das maiores potencias mundiais em petróleo e refinarias. E desde que era Vereador, sempre pedi explicação, até já fui ao Consulado, em Brasília, e é inadmissível saber que estamos próximo de um país que produz a sua gasolina barata e nós estamos mais próximos da Venezuela do que Manaus, e nós temos um posto de abastecimento em Santa Helena do Uayrem, onde a gasolina custa 90 centavos o litro. E por que não esse mesmo posto, que é instalado ali bem ao lado de Pacaraima, não pode ser transferido para a capital de Boa Vista? Então, são essas as minhas colocações hoje.

Semana passada estive na Boa Vista Energia, e neste momento aproveito para parabenizar o Deputado **Flamarion** que tem um Requerimento aprovado nesta Casa, pedindo explicações da Boa Vista energia e dos outros órgãos competentes a respeito da taxas de energia cobradas. Estou dando entrada nesta Casa a 2 Requerimentos, direto para os órgãos competentes, pedindo explicações como ao Ministério de Minas e Energia e PETROBRAS sobre o as tarifas de energia e preços de combustíveis. Em Manaus, na semana passada, obtivemos informação com alguns representantes dos postos que a gasolina chegou ao preço de R$ 2,29. Há pouco mais de 15 dias houve um dia de promoção na maioria dos Estados do país da venda da gasolina sem o imposto R$ 1.07, em outdoor, em São Paulo, dizia: "Dia da Liberdade". Isso só para nós vermos o quanto pagamos de imposto de renda, são mais de 98 impostos cobrados do contribuinte. E nós temos anunciado a dedução de IPI e isenção de imposto devido à área de livre comércio, agora de Boa Vista e Bonfim, e nós vamos a fundo com essas pesquisas, em busca dessas informações, porque o povo de Roraima é Brasileiro. E nós merecemos acima de tudo que seja explicado tanto a diminuição da taxa de iluminação pública. E a respeito da conta de luz, quero deixar bem claro que em João Pessoa, Fortaleza, Recife e agora em Manaus, falei com o Doutor **Edson,** segundo ele**,** foi concedido pelo STF, justamente, a isenção da cobrança da taxa de iluminação pública, porque ela só pode ser cobrada o que o contribuinte consome. Então, essa taxa é inconstitucional. A partir de hoje, vamos ter que conseguir 5% das assinaturas no Estado para que nós possamos levar até o Ministério das Minas e Energias, e aí sim vamos entrar com um abaixo-assinado em qualquer situação. Nas contas de energia elétrica de Manaus, não vem mais a cobrança da taxa de iluminação pública.

Aparte concedido ao Senhor deputado **Flamarion Portela –** Eu queria lembrar dois pontos: aqui, em Roraima nós temos dois problemas que afligem todos nós consumidores. Nós pagamos uma energia no montante de 200 megawatts para a Venezuela, mas só consumimos 83 megawatts nos momentos de pico. Portanto, pagamos 120 que não usamos. Outro gravíssimo problema: durante dez anos nós vamos pagar cento e vinte milhões de dólares da construção do Linhão de Gury. Eu já sugeri ao Senador **Romero Jucá** e à Deputada Federal **Ângela Portela,** pois, como o Senador **Romero Jucá** se reúne permanentemente com o Presidente **Lula** e tem poder, que sugira ao Presidente que edite uma medida provisória especificamente para Roraima, para que saia das costas dos consumidores esse grande encargo financeiro que hoje é diluído nas nossas contas, para que o Governo federal absorva através da Eletrobrás todo o Linhão de Gury e deixe a população do Estado de Roraima livre desse pagamento.

O Senhor Deputado **Ivo Som** continua – Obrigado a Vossa Excelência. Como é de conhecimento de Vossa Excelência, antes da construção do Linha de Gury só se falava em diminuir o valor da conta de energia, que traria qualidade, e atrairia indústrias. Hoje temos o Linhão de Gury e a energia que era cobrada 1.3 kwatts há dez anos atrás, hoje é 2.9 kwatts. Ao invés de diminuir aumentou quase 150%, pasmem! Senhores Deputados. Vou fazer uma visita a Cada deputado Federal desse estado, aos Senadores vou deixar uma cópia de cada documento assinado por esses Deputados visitados para exigirmos o nosso direito. O povo merece uma atenção melhor. Inclusive, pasmem, os Senhores, já foi anunciada a diminuição do óleo diesel. Agora, o importante que eles mesmos anunciam que não chegará ao consumidor final. E o Brasil, por ser um País, que dizem "em desenvolvimento", era para incentivar e diminuir a expectativa de crescimento de 2% ao ano, era diminuir e chegar ao consumidor final esse desconto. Mas, estamos apresentando, à esta Mesa, dois requerimentos que, desde semana passada, estamos anunciando. A assessoria de comunicação já recebeu um ofício, e estão aguardando, apenas uma data para que eles possam vir aqui, para nos explicar o absurdo na cobrança dessa taxa de iluminação pública, os aumentos que não cessam e, por que não, a redução dessas taxas? Então, quero parabenizar o meu Presidente por ter recebido, com muita grandeza, esses dois Requerimentos. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Eu pediria o obséquio da atenção dos Senhores para as colocações que vou fazer aqui, pois envolvem números e é sempre muito bom prestar atenção. Primeiro, vou ler o artigo 33 da Constituição Estadual, que diz: É de competência da Assembleia Legislativa, no inciso VIX, diz: fiscalizar os atos do Poder Executivo, inclusive, os da administração centralizada. Eu procurei colocar aqui para os Senhores uma pesquisa que fiz sobre o comportamento das LDOs, sobre o comportamento das LOAs, que nós, na Assembleia Legislativa, temos aprovado ao longo do anos. Comecei em 2006 que tivemos a LDO que estabelece um caminho para o orçamento de 2007, aprovado pela Lei nº 557, de 26.07.06. Já no artigo 46, estabelece previsão de abertura de créditos suplementares. A LOA, que é a Lei Orçamentária Anual de 2007, foi a Lei nº 575, de 29.12.06 que, estabelece, no seu artigo IV: que fica o Poder executivo autorizado a, primeiro: abrir crédito suplementares até o limite de 20%. LOA de 2007 para o Orçamento de 2008, foi através da Lei nº 607, de 17.07.07, no artigo 53 que, também, já faz previsão de abertura de créditos suplementares. Já a LOA de 2008, que é a Lei Orçamentária Anual, foi criada através da Lei nº 653, de 14.01.08 e, no seu artigo IV, também estabelece ao Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de 20%. LOA 2008, Lei nº 668, de 16.08.08 que no artigo 53, já autoriza a abertura de créditos suplementares até o limite de 20%. Orçamento de 2009 foi a Lei nº 701, de 15.01.09, também do seu artigo IV, fica o Poder Executivo autorizado abrir créditos suplementares até o limite de 20%. Então, procurei fazer um histórico de três anos, mas anteriormente também era assim, mostrando que o executivo tem uma autorização do Poder Legislativo a suplementar os créditos adicionais até o limite de 20%. O Orçamento de 2008, Senhoras e Senhores Deputados, foi em um total de R$ 1.409.471.677,00. Entretanto, aqui veio uma grande surpresa, os créditos suplementares estão aqui distribuídos: excesso de arrecadação R$ 495.664.000,00, isso só o excesso de arrecadação que representa 35.13% em relação ao orçamento global aprovado. Mas, temos mais ainda dos créditos suplementares: o superávit financeiro R$ 25.417.765,00. temos ainda, operações de crédito com R$ 237.583.598,00. Total de créditos suplementares R$ 758.665.372,00, ou seja, houve um incremento de créditos suplementares em relação ao Orçamento de 2008, de 53.79%. Pois, R$ 758.665.372,00 representam 53.79% de R$ 1.409.471.677,00 que foi o orçamento. Mas, tem mais, ainda tem os convênios, mas eu excluí os convênios, porque convênios, ora se consegue, e ora não consegue. Mas, em 2008, o Estado teve R$ 196.125.184,00 e, somando tudo isso, Deputado **Célio Wanderley,** o Estado teve um Orçamento executado em 2008, de R$ 2.363.762.232,00. Quer dizer, o Estado de Roraima executou, no exercício de 2008. R$ 2.363.762.232,00. Aí, ainda, procurei pesquisar mais o comportamento das transferências, porque 78% das nossas receitas advêm das transferências e, também, fui pesquisar em anos anteriores as transferências que, também, vou colocá-las aqui para os Senhores. Em 2005, nós tivemos um total de R$ de 915.681.483,00 de transferências. Na mudança de 2005 para 2006, nós só tivemos um acréscimo de 10.9%. E, em 2007, tivemos R$ 1.181.448.100,86. Em 2008, olhem só, quanto foi a transferência de 2008, foi de R$ 1.444.618.092,73. Se compararmos 20007 com 2008, só de transferências, Deputado **Zé Reinaldo**, houve um incremento de 22.27%. Se compararmos 2005 com 2008, houve um incremento de receita de 57.76%. Portanto, o Estado de Roraima, como diz o Presidente **Lula**, nunca, na história deste Estado, teve tanto dinheiro, teve um volume tão significativo, financeiramente falando, para cobrir as suas despesas. Mas, volto à página anterior. Olhem, quando a Assembleia Legislativa estabelece só 20% para o Governador remanejar em créditos suplementares, como fica este Poder? Pergunto eu, Deputado **Flávio Chaves,** como fica este Poder diante do Governador ter autorizado 53.79%, se nós autorizamos até o limite de 20%, isso está especificado em todas as leis. Como fica este Poder se Governador remanejou 53.79%? Quer dizer, nós já damos um cheque em branco para o Poder Executivo, mas o Poder Executivo, Deputado **Flávio Chaves**, não contente com esse cheque em branco, ainda supera sem nenhuma informação a esta Casa, sem nenhuma mensagem nesta Casa para alterar esse percentual. E eu pergunto aos Senhores Deputados: falam tanto em crise e até cortaram o duodécimo dos poderes e, quanto tivemos, a mais, R$ 750 milhões, por que não se falou em suplementar os Poderes? Quando tem a mais, entra no esquecimento e, quando se tem a menos, querem se cortar. Fiz aqui essa pergunta aos Senhores, também, fui fazer uma pesquisa: a Lei de responsabilidade fiscal é muito taxativa nessa desobediência cometida pelo governo. O Governo de Roraima cometeu crime de responsabilidade, inclusive, está consignado na lei de responsabilidade fiscal artigo 359 D, já estabelece pena para quem ordena despesa sem previsão na lei, é o caso que o nosso Governo cometeu. Eu estou trazendo esses números para que a gente faça reflexão sobre isso. O Poder Legislativo historicamente nunca negou isso aos governos, não é o Governador **Anchieta Junior**, é assim em todos governos, quando os governadores estabeleceram sempre e, até onde sei, esse limite de remanejo, alteração de crédito suplementar, como no ano passado ele foi surpreendentemente forte, foi no montante que surpreendeu a todos, quando aconteceu esse fato aqui. Então fica para cada um dos Deputados essa indagação. Se nós autorizamos até o limite de 20% como fica este poder diante do governo ter remanejado 53.79%? A LDO já está nesta Casa, já vem estabelecido novamente o limite de 20%. No final do ano vem LOA, os 20% deve ser mantidos. Eu pergunto, por que o limite de 20%, se ele é desobedecido e se gastam duas vezes mais do que está autorizado? Espero que Assembleia Legislativa, ao discutir a LDO, ao discutir a LOA, seja internamente discutido qual comportamento que terá Assembleia diante desse fato. Eu comparo, Deputado **Ronaldo Trajano,** Vossa Excelência dá um cheque em branco, e diz: meu filho, vá na loja comprar no valor de 100 reais, mas o seu filho

compra 230 reais, é mais ou menos isso o que aconteceu conosco. Essa desobediência de pai pra filho, há essa desobediência do Executivo para com o legislativo, Assembleia jamais negou e jamais negará aquilo que o Governador pede aqui, até nós que somos oposição a gente sempre vota sem nenhum questionamento, porque é realmente uma condição que o governador tem que trabalhar. Agora, não vim com o pedido de autorização, para este poder é muito estranho e estamos levando ao conhecimento. Todas as informações trazidas para cá estão nas leis de LDO, estão nas leis de orçamentos anuais e estão na prestação de contas oficial do Governo de Roraima já enviada ao Poder Legislativo. Obrigada

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) – Deputado **Flamarion**, Vossa Excelência tem um aparato, ao analisarmos a Lei nós possamos deixar dentro daquilo que esta Casa permite pela sua maior função que é de fiscalizar.

Com a palavra o Senhor Deputado **Chicão da Silveira**.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, servidores, senhoras e senhores que nos honram com vossas presenças.

Senhor Presidente, quero registrar nossas felicitações, agradecimentos ao Governador **Anchieta**, que sábado levou ao Município do Alto Alegre e praticamente a todas as localidades o pro custeio, semente do arroz, milho, uma ação, instrumento, ferramenta de incentivo à agricultura familiar. Mas quero registrar, Senhor Presidente Deputado **Erci**, o município de Alto Alegre é feito de homens e mulheres trabalhadoras acostumados a enfrentar desafios. Estou completando 18 anos de vida pública ortogado pelo povo daquele município, com todos os desafios nós somos o maior produtor de carne, produtor de grão, peixe, somos produtores de quase todos setores produtivos do Estado, graças à grandeza empreendedora de homens e mulheres que ali vivem. Todos esses anos nós enfrentamos políticas descriminadas, desastrosas, por pessoas que conseguem através de sua própria autoridade serem donos do Município, pessoas que não tem escrúpulos, irresponsáveis. Quero agradecer o governador pela sua iniciativa, em determinar ao Secretário de Agricultura que procedesse novo recadastramento. No Município do Alto Alegre foi feito a mando do Conselheiro **Henrique Machado**, que envergonha o Tribunal de Contas, com políticas discriminatórias a pequenos produtores da agricultura familiar que deveriam ser contemplados e não foram, porque não reza na cartilha dele. Então, pessoas que nem contemplados são é na área rural foram beneficiados com o programa do pró-custeio. Isso é inaceitável, não aceitamos. O Governador, de imediato, ao receber reclamatória de todas as pessoas que estão ali, tanto do Taiano, Paredão, Sede, mandou imediatamente proceder o recadastramento. Quero aqui de público agradecer ao Governador **Anchieta** por essa iniciativa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero destacar a grandeza de compromisso e responsabilidade do Governador com o Estado de Roraima, demonstrou diante dos nossos questionamentos. Nós Deputados **Zé Reinaldo, Braga, Chicão da Silveira**, quantas vezes junto à competente equipe que hoje preside a liquidação da CODESAIMA, em audiência pública, até mesmo fora do Estado de Roraima, fomos tenazmente combatente contrários à liquidação da CODESAIMA. E, hoje, chega uma Mensagem Governamental, revogando a extinção da CODESAIMA. Vivemos um momento de crise econômica, mundial, nacional e regional. De janeiro para cá houve uma queda no FPE em mais de 80 milhões de reais. O Governador **José Anchieta,** diante dessa crise, diante dos bons gestores, se mostra diante das crises econômicas e financeiras, todo mundo quando muito dinheiro é bom gestor público, mas o bom gestor público, aquele que diante das crises, faz com desafio e supera com competência sua gestão pública. Na visão do Senhor Governador **Anchieta**, um dos maiores pólos de gerações de emprego e renda no Estado de Roraima vem através da agricultura familiar, e uma das suas fomentações principais é Companhia de Desenvolvimento. Quando se falava em extinção da CODESAIMA, o Deputado **Ronaldo** com muita tristeza dizia que a única empresa de desenvolvimento de Roraima estava sendo extinta. Hoje, nós voltamos a ver de perto o seu renascimento. Isso é importante, não para esta Casa, não para o Governador **Anchieta**, mas de grande importância, relevância e interesse público, políticas públicas ao Estado de Roraima. Nesse contexto, um dos fatos em função do momento histórico vivenciado pelo povo de Roraima, se realizou recentemente, em 22 de maio de 2009, o ato solene na sede do Poder Executivo Estadual Palácio Senador Hélio Campos, o Estado de Roraima recebeu a titularidade de dois milhões e 100 mil hectares de terra da gleba Cauamé e gleba Caracaraí, no total de seis milhões de hectares. Por isso entendemos que a CODESAIMA poderá desempenhar um papel de destaque de transformação, incrementando uma série de medidas que justifica sua manutenção. Portanto, em decorrência da recente transferência das terras da União, foi decidido pelo Governador interromper esse processo da CODESAIMA, dando prioridade à sua reestruturação e modernização da empresa, adequando suas atribuições à nova realidade que destacam a participação do Projeto de Fomento agropecuário de Roraima, especialmente, atendendo a grande demanda da agricultura familiar, recuperando as áreas degradas, fornecimentos de insumos agrícolas, sementes, etc. etc, papel esse que é de sua competência, mas não estava sendo feito por ela, ainda participação de regularização urbana nas grandes partes dos Bairros de Boa Vista se constituem em áreas cujas esculturas públicas estão em nome da CODESAIMA, sendo que os lotes precisam ser desmembrados e regularizados em nome dos seus verdadeiros proprietários, quero dizer, dos contratos habitacionais já existentes e dos conjuntos habitacionais que perfazem quatro mil oitocentos casas e apartamentos a serem regularizados em nome dos seus legítimos ocupantes. A grandeza da CODESAIMA não está só na fomentação, dos investimentos, agricultura familiar, regularização familiar, mas gostaria de dizer que é única empresa no Norte do Brasil que está altamente regularizada para exploração,industrialização que hoje detém 23 licenças de lavra mineral no Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, com relação à extinção da CODESAIMA, eu até acredito que na realidade quando o Brigadeiro solicitou, e eu fui o Primeiro Presidente que participou da Comissão que estudou e deu os ativos e passivos da CODESAIMA, visando fazer uma avaliação naquela época, ainda no mandato passado, nós pedimos que fosse feito avaliação patrimonial da parte física, estrutural, da CODESAIMA e a única coisa que a gente não encontrou foi como calcular o valor do patrimônio da CODESAIMA, e quando a gente encontrou as licenças de lavra mineral, coisa que pode não custar nada, mas outra uma coisa pode custar bilhões de reais. Então, o Brigadeiro quando mandou a questão da CODESAIMA foi muito mais por uma pressão do Ministério Público na questão da contratação do pessoal concursado para encontrar uma saída para a situação. Tanto é que logo em seguida foi colocado um recurso da caixa para construir as casas populares, através da CODESAIMA. Então, como a CODESAIMA iria ser o agente financiador dessas casas se, ao mesmo tempo, estava com o pedido de extinção. Na realidade o pedido de extinção foi exatamente para ganhar tempo para se reestruturar. Nós solicitamos ao Tribunal de Contas avaliação do patrimônio da CODESAIMA, e veio um parecer incompleto, exatamente porque você não tem como avaliar quanto vale o MAFIR, a usina de leite. Então, temos que avaliar qual a dívida efetiva da CODESAIMA porque até hoje é uma caixa preta. Na época não consegui essa informação nem por parte da CODESAIMA nem por parte do Tribunal de Contas. Então, quando venceram todos os prazos da comissão, extinguimos a comissão, foi exatamente porque não encontramos uma solução. Eu acredito que o Presidente da nova comissão deve ter encontrado as mesmas dificuldades que eu encontrei na época. Como se avaliar esse patrimônio? Qual a extensão desse patrimônio? Então, com iniciativa do Governador **Anchieta** em tornar sem efeito esse pedido de autorização de extinção e manter a empresa. Eu acredito que se nós trabalharmos a empresa CODESAIMA com responsabilidade para não dar prejuízos, porque o que deu prejuízo na CODESAIMA foi que alguns que por aqui passaram usaram a CODESAIMA como cabide de emprego ou um mecanismo simplesmente para fazer política dentro do Estado de Roraima, quando na realidade o objetivo da empresa é fomentar o desenvolvimento do Estado de Roraima. Então, eu acho que a CODESAIMA já teve o seu papel importante no Estado, e hoje, se a gente readequar, reaparelhar de forma séria, honesta, procurar usar a empresa não como um cabide de emprego, mas como uma empresa que foi criada para fomentar o desenvolvimento deste Estado, ela é perfeitamente viável, só dessas casas, na época, chegou a quatro milhões de reais. Hoje, com mais esses recursos que estão sendo colocados provavelmente o único agente que nós temos para ser financiador dessas casas é a própria CODESAIMA, como é que nós vamos extinguir a CODESAIMA? Então, eu acho que o momento é apropriado para tornar essa lei sem efeito. Eu acho que o momento é apropriado para a gente tornar sem efeito. Eu acho que precisa ser estudado, depois encaminhar à assessoria jurídica desta Casa para que nos dê o Parecer para que não se faça nada para, efetivamente lá na frente, ser destituída novamente. Então, na realidade eu acredito que o momento é oportuno para a gente rever essa lei que nós aprovamos aqui.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** continua - Deputado, eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, que fala com muita competência e só enriquece o meu pronunciamento. Solicito à competente assessoria inserir os apartes ao meu pronunciamento.

Vossa Excelência me lembrou uma coisa que não poderia deixar de apagar da memória do povo do Estado de Roraima. Na época dos maus gestores, eu lembro que eu era um dos maiores plantadores de banana do estado de Roraima, mas eu não vendia na feira, em média, de três a quatro reais o cacho de banana, naquela época a CODESAIMA teve banana para produzir vinte e oito cachos de bananas, E no preço de dois mil e seiscentos reais um cacho de banana. Então, os desmandos eram muito grandes, uma falta de responsabilidade com a coisa pública. Quero, aqui, de público, estender nossos agradecimentos e o respeito ao Governador Anchieta por essa ampla visão, por melhor trajetória para o Estado de Roraima. Tenho dito que o Governador, através deste Poder Legislativo, tem dado passos firmes, rumo certo na busca da independência da economia do contra-cheque deste Estado, investindo na qualidade da produção no homem do campo para que possamos ter um crescimento independente e um desenvolvimento sustentável. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) – Deputado **Chicão da Silveira,** no momento apropriado, trouxe um tema importante para

discutirmos, é a questão da liquidação da CODESAIMA. Certamente, essa lei vai impedir que nós possamos contribuir para o assassinato de uma empresa que poderá render muitos lucros ao governo.

Convido o Deputado **Damosiel** para fazer uso da palavra.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, assessores deste Poder Legislativo, amigos que se encontram na platéia, cumprimento especial aos Vereadores Jucilelson; São Luiz do Anauá, Presidente da Câmara de Normandia, Representante do Conselho Tutelar, senhoras e senhores.

Entendo, Deputado **Tião Portela**, depois de vê-lo fazer belas poesias, a historia de Roraima não poderá ser contada diferente. Portanto, quero convocar o povo do nosso Estado para a campanha que já está sendo feito no Brasil inteiro, a respeito da geografia do nosso Brasil, se não buscarmos mudar os pontos extremos do nosso país, com certeza, nossos filhos serão educados erroneamente, quanto ao ponto extremo sul e o norte e o extremo, da ponta dos seixos, que é a ponta mais próxima da África do Brasil, mas especialmente, nosso Caburaí. É importante para o Estado de Roraima, seja no campo geográfico, informativo ou turístico que o Brasil se estende do Caburaí ao Chuí; e não do Oiapoque ao Chuí, como é ensinado e mostrado na televisão, jornais do Brasil afora, quando se refere ao ponto extremo do nosso país. Para muitos, o que falo hoje aqui, pode ser uma besteira, às vezes, não damos importância para determinada realidade. Apresentei um projeto nesta Casa transformando em Lei o Dia da Água, muitos falaram pra que transformar em projeto de lei, se existem no mundo cinco feriados nacionais, ou seja, no mundo inteiro, e um deles é o dia internacional do trabalho, primeiro de maio, dia da mulher, e o dia da água. Talvez seja uma besteira, mas quando vejo os veículos de comunicação, mostrando essa matéria, fico preocupado, porque aqui, quando não damos a mínima importância para um trabalho que não foi realizado por uma equipe formada pelo exército brasileiro, através de várias pessoas conhecidas, como aqui temos **Platão Arantes**, na época em que prestava serviço à Prefeitura do Uiramutã, junto com o jornalista **Teylo Nunes** participaram da expedição que conseguiu realizar todo esse trabalho conhecido pelo Ministério da Educação.

Aparte concedido ao Deputado **Erci de Moraes** – Deputado **Zé Reinaldo**, o tema que Vossa Excelência está abordando não é nenhuma bobagem, é extremamente relevante. Agora, com intuito de contribuir ao vosso pronunciamento, é preciso que se diga, que não é só a imprensa, mas uma autoridade do nível do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, há pouquíssimo dias se referiu: do "Oiapoque ao Chuí". Quando uma das principais autoridades deste país não reconhece o que é uma realidade oficial, é porque precisamos gritar mais alto em defesa disso.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** continua. Muito obrigado, Deputado **Erci**, isso é de extrema importância e preocupante. Quero fazer u reconhecimento e parabenizar o Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que com o tempo tem demonstrado um grande defensor da Amazônia Brasileira principalmente do Estado de Roraima, com esse intuito iniciou uma campanha, vamos distribuir, assim como o Deputado **Ivo som** vai colher assinaturas da redução das taxas de energias, vamos fazer nossa campanha para divulgar para o Brasil seus pontos extremos não são Oiapoque e Chuí, mas Caburaí e Chuí. Portanto, quero em nome do povo de Roraima fazer um requerimento verbal para que possamos solicitar à Mesa Diretora desta Casa, encaminhar ao Governo Federal uma carta, solicitando mudanças cabíveis para a divulgação através dos livros que já estão sendo distribuídos há mais de dois anos dizendo que os extremos são do "Caburaí ao Chuí", apenas não estão sendo divulgados na salas de aulas.

Quero parabenizar a Câmara Municipal de Normandia, ontem estive presente com aquela comunidade quando o Presidente e vereadores daquele município fizeram uma homenagem aos desbravadores, grandes figuras históricas do município de Normandia, como: **Joaquim Correia, Lorenço Rahtes,** e tantos outros que estão vivos, outros já não estão mais conosco. Quero fazer um requerimento verbal a esta Casa: que, na continuidade das Sessões itinerantes, Normandia não seja retirada da condição de fazermos uma Sessão Itinerante naquele município. E, digo porque não podemos contar a história só dos municípios que estão em plena evidência, a história é para ser contada no seu todo, e o município de Normandia pelo que está acontecendo, pelas ações do governo federal, pela irresponsabilidade de um decreto presidencial sem reconhecer a realidade do nosso povo, impõe sobre aquele município uma condição de querer transformar ali um lugar, onde já viveram algumas pessoas, nós não podemos permitir que uma lei do Congresso Nacional criei territórios, dando a eles permissão para viverem nas suas fronteiras com objetivo de protegê-los, não é permitido que hoje se possa esvaziá-los como está acontecendo no município de Normandia. E vou dizer uma coisa para os senhores que ficarão pasmos com o que está acontecendo, com as famílias desintrusadas da área Raposa/Serra do Sol. Qualquer dinheiro que fosse pago àquelas famílias não pagaria 1% do valor de suas propriedades, muito mais ainda o sonho do sentimento construído para se formar uma família e, acima de tudo, fazer um projeto de futuro de uma nação e de Estado.

Aparte concedido ao Deputado **Rodolfo Braga** – Senhor Presidente, Senhor Deputado, o valor da terra para aqueles que saíram, valor sentimental está acima de qualquer coisa, não pelo valor da terra, mas dando continuidade àqueles fazendeiros, os seus ancestrais, que alargaram a fronteira de Roraima, eles fossem os verdadeiros guardiões da fronteira do Brasil, se não fosse esses bravos brasileiros, cearense, maranhense, paraense, amazonenses, paraibanos que vieram para cá no século passado, enfrentando a malária, tifo, e muitas e outras doenças, o Senhor não estaria nesta Tribuna e eu não estaria nesse parlamento. Hoje, esses brasileiros descendentes estão sendo expulsos da área Raposa/Serra do Sol. Nós precisamos reverenciá-los todos os dias, porque foram eles que realmente que construíram o Estado de Roraima. Obrigado

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** continua. Deputado **Rodolfo Braga**, é uma tristeza, ao mesmo tempo em que tínhamos o sentimento de alegria de homenagear aquelas famílias, nós não poderíamos dizer que estávamos tristes, quando ouvia a explanação do senhor **Adolfo**, contando sua história, referindo-se aos veios de ouro. Quero chamar atenção de vocês para o absurdo que o Governo Federal vem impondo àquelas famílias, imagine o Lago do Caracaranã aberto para todos nós há quantos anos, e quando dali tiram o senhor Joaquim, logo em seguida vai uma equipe do IBAMA e aplica uma multa de 35 mil reais aquele cidadão, que já não teve o seu sonho pago, não pelo valor material, mas pelo respeito humano, que já não teve sua área indenizada. Justamente, agora vem, o governo através de uma multa dizer que os chalés que já foram construídos há tantos anos não teve uma autorização ambiental e aplica a multa ao cidadão de quase 90 anos de idade, sem saber qual sua reação ao receber esta multa. Os filhos preocupados estão escondendo para que ele não saiba da realidade. Se é duro enfrentar o processo de não receber o que é de direito, muito mais ainda, agora, que todos os cidadãos estão saindo daquela região. Quero deixar registrado nos anais desta Casa, que o julgamento final até os omissos serão julgados, ninguém ficará impune a lei daqueles que fizeram o mal ou bem a qualquer cidadão. Não podemos permitir que o governo federal continue implantando esse clima de terror sobre as famílias as quais chamam de mais diversos sinônimos como desintrusadas, expulsas, pessoas que nunca tiveram nomes, pátrias, pessoas que nunca fizeram por onde merecer e defender um país, que é de todos nós. Quero manifestar o meu constrangimento e indignação, se posso falar como membro desta Casa, membro de parlamento escolhido pelo povo para poder representá-lo e não podemos baixar a cabeça e achar que só o governo Federal é quem pode impor as Leis sobre os Estados. Se não temos autonomia, independência, mas temos acima de tudo hombridade e respeito pelo povo brasileiro. Obrigado

O Senhor Presidente (**Sargento Damosiel**) – Não havendo mais nenhum Orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia: Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 015/09, que "Concede a Comenda Orgulho de Roraima a habitantes do Município de Caroebe e dá outras providências"; do Projeto de Decreto Legislativo nº 016/09, que "Concede a Comenda Orgulho de Roraima a habitantes do Município de São Luiz do Anauá e dá outras providências"; do Projeto de Decreto Legislativo nº 017/09, que "Concede a Comenda Orgulho de Roraima a habitantes do Município de Rorainópolis e dá outras providências"; e do Projeto de Decreto Legislativo nº 018/09, que "Concede a Comenda Orgulho de Roraima a habitantes do Município de São João da Baliza e dá outras providências".

Suspendo a Sessão, pelo tempo necessário, para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final possa analisar e emitir Parecer aos referidos Projetos.

Após o tempo estipulado.

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) – Dou por reaberta a presente Sessão e solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 015/09 e do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 015/09 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) – Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 015/09. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal. Votando "sim" os Senhores Deputados aprovarão a matéria e, votando "não", rejeitam a matéria.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Procede à chamada.

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) – Dou por aprovado, por unanimidade, o Projeto de Decreto Legislativo nº 015/09, que "Concede a Comenda Orgulho de Roraima a habitantes do Município de Caroebe e dá outras providências".

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 016/09 e do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 016/09 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) – Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 016/09. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal. Votando "sim" os Senhores Deputados aprovarão a matéria e, votando "não", rejeitam a matéria.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Procede à chamada.

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) – Dou por aprovado, por unanimidade, o Projeto de Decreto Legislativo nº 016/09, que "Concede a Comenda Orgulho de Roraima a habitantes do Município de São Luiz do Anauá e dá outras providências".

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 017/09 e do Parecer da Comissão de Constituição, justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 017/09 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) – Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 017/09. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal. Votando "sim" os Senhores Deputados aprovarão a matéria e, votando "não", rejeitam a matéria.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Procede à chamada.

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) – Dou por aprovado, por unanimidade, o Projeto de Decreto Legislativo nº 017/09, que "Concede a Comenda Orgulho de Roraima a habitantes do Município de Rorainópolis e dá outras providências".

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 018/09 e do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 018/09 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) – Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 018/09. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal. Votando "sim" os Senhores Deputados aprovarão a matéria e, votando "não", rejeitam a matéria.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Procede à chamada.

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) – Dou por aprovado, por unanimidade, o Projeto de Decreto Legislativo nº 018/09, que "Concede a Comenda Orgulho de Roraima a habitantes do Município de São João da Baliza e dá outras providências".

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 021/09, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo encaminhar ao Diretor de Desenvolvimento Agrícola, Suprimento e Comercialização da PETROBRÁS Biocombustível, **Jânio Luiz da Rosa,** o seguinte Pedido de Informação: Por que os combustíveis derivados de petróleo tem um valor maior para o consumidor final no Estado de Roraima que em outras Unidades Federadas?.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – (Lido o Requerimento).

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) – Em discussão o Requerimento nº 021/09, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura de Requerimento assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados requerendo que seja encaminhado ao Ministro de Estado das Minas e Energia, **Edison Lobão,** o seguinte Pedido de Informação: Por que o valor da energia elétrica no Estado de Roraima é tão alto em relação ao restante do País? Por que os combustíveis derivados de petróleo têm um valor maior para o consumidor final no Estado de Roraima do que em outras Unidades Federadas?

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – (Lido o Requerimento).

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) – Em discussão o Requerimento assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Jalser Renier –** Senhor Presidente, sei que é matéria preclusa, mas nós aprovamos três projetos na Comissão Conjunta, mas eles não entraram na pauta. Gostaria que o Senhor explicasse o porquê deles não terem entrado na pauta.

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) – Deputado, quero dizer a Vossa Excelência que todos os Projetos que estavam na pauta da Ordem do Dia foram votados, e os projetos que foram para as Comissões serão encaminhados para a Ordem do Dia da próxima Sessão.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, quero informar que, dia cinco do corrente, foi encerrado o prazo para apresentação de emendas a LDO. Porém, estamos prorrogando esse prazo por mais dez dias improrrogáveis, ou seja, até o dia quinze do corrente, para que os Deputados possam apresentar suas emendas.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Quero parabenizar a Mesa e os Senhores Deputados que, juntamente comigo, assinaram os Requerimentos pedindo explicações, tanto ao Ministério de Minas e Energia como, também, à Petrobrás, a respeito da cobrança absurda no preço da energia elétrica e do derivado de petróleo no Estado de Roraima. Quero dizer que vamos em busca dessas informações, com o intuito de diminuir os preços em nosso Estado. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Zé Reinaldo**) – Não havendo mais nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações pessoais, e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão, convoco outra para o dia 10, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Erci de Moraes, Flávio Chaves, Flamarion Portela, Ivo Som, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Raul Lima, Rodolfo Braga, Ronaldo Trajano, Sargento Damosiel, Socorro Simões, Tião Portella** e **Zé Reinaldo.**

Aprovada Ata Sucinta em: 10/06/09

ATA DA 1842ª SESSÃO, EM 10 DE JUNHO DE 2009.
37º PERÍODO LEGISLATIVO DA 5ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ZÉ REINALDO.
(Em exercício)

Às nove horas do dia dez de maio de dois mil e nove, no Plenário desta Casa Legislativa, nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, deu-se a milésima octingentésima quadragésima segunda Sessão Ordinária do trigésimo sétimo Período Legislativo da quinta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Convido o Senhor Deputado **Erci de Moares** para atuar como Primeiro Secretário ***ad hoc*.**

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Erci de Moraes**) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente **(Chico Guerra) -** Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, dou por aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai)** – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Em discussão a Ata.

Em votação, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Erci de Moraes) –** Senhor Presidente, o expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Projeto de Lei s/nº, de autoria do Deputado **Tião Portella,** de 09/06/2009, que "Dispõe sobre a inclusão obrigatória do ensino de Técnicas Agrícolas na Rede Pública de Ensino do Interior do Estado de Roraima, nas séries de 5ª a 8ª do Ensino Fundamental, e dá outras providências.

RECEBIDO DO EXECUTIVO:

- Mensagem Governamental nº 28, de 08 de junho de 2009, encaminhando, para apreciação desta Casa, Projeto de Lei que "Abre ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Instituto de Desenvolvimento Florestal de Roraima – IDEFER, crédito especial.

EXTERNO:

- Ofício nº 593/2009, de 04/06/09, do Tribunal de Justiça de Roraima, informando que receberá, no período de 01 a 30/06/2009, propostas para elaboração do Plano Diretor para os próximos 05 anos.

- Ofício nº 1359/2009, da Secretaria de Saúde do Estado de Roraima, solicitando a possibilidade de ser encaminhada cópia das Atas das Sessões Extraordinárias dos dias 02 e 03 de maio de 2009.

- Ofício nº 809/2009, de 29/05/09, da Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos/SP, encaminhado cópia da Moção nº 12/2009.

- Ofício nº 91/2009, de 04/06/09, da Câmara dos Deputados, encaminhando a publicação "Legislação Concorrente sobre Meio Ambiente", lançada na semana que se comemora o Dia do Meio Ambiente.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

Registro a presença em nossas galerias do Senhor **James,** Prefeito de Rorainópolis.

O Senhor Primeiro Secretário (**Erci de Morais**) **–** procede à chamada.

O Senhor Deputado **Tião Portella** – Senhor Presidente, companheiros Deputados da Mesa Diretora, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, amigos que nos ouvem nesta manhã, como Deputado interiorano. Quero me referir com muitas alegria à inauguração da primeira parte do asfalto que liga Mucajai ao Apiaú. Lembro que alguns anos, não tenho lembrança de quantos anos fazem quando se iniciou o asfaltamento de alguns quilômetros de estrada de Mucajaí em direção ao Apiaú, muitas pessoas diziam que nada adiantaria asfaltar 05, 06 quilômetros, mas está aí a porta da esperança do incentivo e da fé que muitos políticos, muitos executivos do nosso Estado têm em trabalhar para que o nosso Estado se torne cada vez mais viável, mais forte. Quero parabenizar o nosso Governador pelo trabalho que ele vem fazendo. Ontem eu ouvi aqui um colega Deputado falar que 90% das estradas e vicinais de Alto Alegre estão recuperadas, e Iracema possa dizer que também praticamente 80% das vicinais, que são muitas, estão recuperadas e o saldo dos 20% estão perfeitamente viáveis, com condições de atravessar este inverno e assim posso dizer, que neste Estado quase todas as vicinais do nosso Estado estão assim, os agricultores não mais ficam na expectativa de não poderem tirar a sua produção quando o inverno fica pesado. Não temos mais aquela preocupação, quando muitos agricultores perdiam o suor do seu rosto, vendo apodrecer os seus cachos de bananas, seus arrozais sem poder transportar porque as condições das estradas com atoleiro, as pontes quebradas não davam tráfego para escoar a sua produção. Isso hoje é coisa do passado e nós podemos dizer àqueles que ainda não têm fé no nosso estado, que ficam ainda esperando que aconteça mais coisa, alguma coisa melhor, talvez até um milagre para dizer que o nosso Estado é viável. O nosso Estado sempre foi viável, quando eu cheguei aqui, demorava quase meio dia para vir da minha cidade de Caracaraí para vir comprar aqui em Boa Vista, às vezes um parafuso para serraria, ou para vir consertar a câmara do pneu que furava, em Caracaraí não tinha borracharia, a gente vinha aqui soldar a câmara e levar de volta. Hoje, com certo cuidado você faz essa viagem em uma hora e meia. Então o nosso Estado progrediu ou não progrediu? Melhorou ou não melhorou? As BRs estão boas, as vicinais estão boas, a agricultura está crescendo dia-a-dia, quando nós vemos, em nosso Estado agricultores com sua terra, quase todos, porque hoje já são 4 mil hectares de terra preparadas para o plantio, agora, quando iniciar o inverno. Essas terras estão preparadas, só falta adubo e calcário. Acredito que o calcário o governo vai providenciar, o adubo é o que resta para o agricultor comprar do seu bolso, que não é assim tão caro, não. Será que o agricultor depois de receber um hectare de terra preparado, calcariado, será que esse agricultor não tem condição de tomar algum dinheiro emprestado no banco para comprar um saco de adubo para plantar essas terra? É impossível que essa terra fique criando novamente mato por não ser ocupada. Tenho certeza, meus amigos, que nós teremos neste ano 04 mil hectares de terra para o plantio quando os maiores plantadores de arroz neste Estado infelizmente tiveram que parar, plantavam 6 mil hectares de arroz, e nós temos distribuído sim em vários vicinais para vários agricultores mais 04 mil hectares de terras, conforme o que eles vão plantar talvez dê mais do que os 06 mil hectares de arroz que o maior plantador de arroz plantava neste Estado.

Aparte concedido à Senhora deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado, quero lhe parabenizar pelo seu pronunciamento, e só complementar dizendo que Graças a Deus em todos os municípios, onde nós andamos, muitas vezes a gente descobre vicinais, segundo pensávamos estavam ruins, ao contrário estão recuperadas, no Cantá, Bonfim, Mucajaí, como o Senhor mesmo colocou. A gente pode dizer que a malha viária do Estado em torno dos 06 mil quilômetros de vicinais mais de 90% delas estão recuperadas, outras em andamento. Ainda, domingo, no Alto Alegre, nós ouvimos do Governador que ano que vem, pelo levantamento prévio da SEINF, a gente terá cerca de 100 quilômetros de estradas para abertura e que, para o próximo verão o objetivo do Governador seria abrir esses 100 quilômetros. A gente realmente fica feliz com isso. Em Alto Alegre também estive junto, ouvi o Senhor falar da questão do adubo, até dizer que o calcário já está disponível também para deixar as terras preparadas. Então, o Governo está entregando o pró custeio que seria exatamente para complementar o que falta, um recurso que não é de crédito, seria uma ajuda do estado, um programa que há bastante tempo faz parte do orçamento do Estado, seria justamente uma parcela para agora ajudar o produtor com plantio, com adubo, e uma outra parcela que seria entregue na colheita dessa produção. Não tenha dúvida que o esforço do Estado, a gente, o Senhor, saber que o colono não tem mais como derrubar capoeira, sem tecnologia não produz. Se Deus quiser, o Governo está caminhando a passos largos para isso, a gente conta incluído ano passado e este ano, com mais de 05 hectares para serem incorporados no processo produtivo. Isso em áreas que estariam relegadas ao plantio e consideradas como áreas degradadas, as áreas que estão sendo recuperadas para o plantio.

No Apiaú, no domingo, acontecerá a inauguração do tão sonhado asfalto, como o senhor disse, era um sonho. Esse arco também chega até à Vila e vai chegar pelo lado do Alto Alegre até a colônia Samaúma, também parte do programa, ficando apenas o meio para a continuidade do ano que vem. É bom para a colônia do Apiaú, a rede elétrica de lá já está totalmente implantada, é a nova rede. A gente sabe que ali pela extensão da colônia a nossa rede era monofásica, pois a rede de alimentação, a trifásica, era muito frágil na condução de energia. Então, essa rede também está implantada, já está concluída para inauguração da melhoria da energia rural naquela região.

O Senhor Deputado **Tião Portella** continua. – Obrigado, Deputada **Aurelina**, quero acrescentar suas palavras à nossa fala.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flávio Chaves** – Quero lhe parabenizar pelo seu pronunciamento, e acrescentar: Para o pequeno produtor ter lucro, é preciso ter assistência, é essa a problemática que existe no nosso Estado, o Governador **Anchieta,** como está fazendo, todo final de semana, distribui alegremente aos produtores que tem intenção de plantar arroz e milho, mas está faltando aquilo que nós discutimos ontem, a fiscalização para quem está dando financiamento, o adubo da terra, e fiscalizar se aquele cidadão plantou. E o que aconteceu nos anos anteriores,muita gente não plantou, sobraram sementes na agricultura. Então o Governo do Estado com a responsabilidade que tem, pois sabemos do seu grande interesse, o nosso Estado está se desenvolvendo, como bem disse Vossa Excelência, é um Estado produtivo, mas tem que haver a fiscalização do dinheiro empregado, da assistência técnica para o plantio. Não adianta só adubarmos a terra, se não souber plantar, a semente não nasce, e vai haver um prejuízo tanto para o produtor, quanto para o governo que gastou e não obteve produção. Esperamos que o Governo do Estado, com a responsabilidade que tem para o desenvolvimento, ele coloque uma fiscalização, como colocou na destoca, para ver se o produtor plantou e se está plantado dentro das normas para que tenha uma boa colheita, porque vai chegar o tempo de ele receber os outros 50%, se não existir produção não vai poder receber.

O Senhor Deputado **Tião Portella** continua. – Muito obrigado, Deputado **Flávio,** pelas suas palavras. Quando aprovamos aqui a ressurreição, vamos dizer assim, da ASTER, imaginava que essa fase também estaria passada na vida do agricultor aqui em Roraima. Mas ficou só na nossa parte, nós aprovamos, enquanto a assistência técnica do nosso Estado continua deficiente, mas vou voltar aqui e fazer um pronunciamento a respeito disso.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Socorro Simões** – Senhoras e Senhores, bom-dia. Deputado, o senhor falou sobre a recuperação da BR, ficou um serviço muito bonito. Realmente, a gente pode constatar devido às audiências públicas que nós tivemos em Caracaraí. O trecho está muito bom, mas gostaria de pedir uma coisa simples para a Comissão de Obras, a estrada está em fase de acabamento, ainda não acabou. Temos consciência de que, com aproximação da chuva, o serviço vai parar, gostaria que a Comissão de Obras solicite às pessoas competentes designar a fiscalização para a parte que está feita do asfalto, pois à noite, com as chuvas, no trânsito não dá para identificar a parte do asfalto onde termina o asfalto, às vezes, os faróis dos carros dificultam a visão da gente, e termina a gente jogando o carro para fora da estrada. Isso é uma coisa simples, uma vez que o asfalto já está pronto, só colocar as faixas de identificação, para que não cause acidente.

Outra coisa. Ontem, estive conversando com o Senhor sobre de quem é a competência sobre a situação da cabeceira da ponte, onde esta semana a vida de um jovem foi ceifada, e o que está faltando para evitar acidente? Se não me falha a memória, é o segundo acidente que acontece em um lugar bem próximo, praticamente, dentro da cidade. Então, é uma situação em relação a qual, temos que tomar providência, a gente tem que averigua-la quanto antes possível. Esse é o meu pedido à Comissão de obras, e gostaria que o Senhor pudesse reforçar. Muito obrigada.

O Senhor Deputado **Tião Portella** continua. – Muito o brigado, Deputada.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhor Deputado, gostaria de parabenizá-lo por trazer um assunto que, talvez, muitos não imputem ser de grande importância para o crescimento e desenvolvimento econômico deste Estado. Vossa Excelência, Deputado **Tião Porella**, fala com muita propriedade por ser oriundo do campo, da roça e conhece todos os tipos, inclusive, os de alta tecnologia. Vossa Excelência sabe que ser produtor no Estado de Roraima é um desafio muito grande, não é fácil produzir neste Estado. Os entraves são inúmeros, mas Vossa Excelência registra com muita propriedade esse assunto. Tenho muitos anos em

Roraima, mas nunca vi um Governador caminhar em rumos certos, buscando soluções alternativas igual ao Governador **Anchieta.** Uma dessas alternativas criadas foi a assistência ao homem do campo, é a agência de defesa. Nunca se viu tantas recuperações de vicinais, estradas, rodovias, BRs como temos visto em seu governo. Deputado **Tião**, Vossa Excelência sabe que o único mecanismo que o Estado de Roraima tem para se libertar da economia do contra-cheque é investir no homem do campo, na agricultura familiar, é investir na produção para quem quer produzir. Ontem, fiquei muito feliz, Deputado **Tião Portella,** quando chegou uma mensagem governamental nesta Casa Legislativa, relativa à busca da revitalização da CODESAIMA, ressurge, novamente, a única empresa de desenvolvimento deste Estado que ia se acabar, mas o Governador **Anchieta**, de forma positiva, de visão, manda uma Mensagem para ser aprovada por esta Casa, a sua revitalização. Por que isso? É mais um instrumento, mais uma ferramenta para o engrandecimento da produção deste Estado. Vejam bem, a CODESAIMA é a única empresa do Norte do Brasil autorizada à exploração e industrialização de mineral. Hoje, a CODESAIMA é detentora de 23 lavras minerais no Estado de Roraima. Então, veio em boa hora, com esses repasses das terras, com o poder de gerenciamento, com o poder de aplicação de recursos e desenvolvimento, não tenho dúvida que caminhamos a passos largos, firmes e consistentes para criarmos um estado de políticas públicas com desenvolvimento e crescimento voltado para a qualidade de vida da população deste Estado. Parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Tião Portella** continua. – Muito obrigado, Deputado. Quero falar, também, de um lado que nos preocupa muito, moradores deste Estado. Como bem disse a Deputada **Socorro Simões** a respeito de um susto que ela tomou ao vir de Caracaraí para Boa Vista, não podemos reclamar do serviço do nosso asfalto, mas temos muito o que reclamar da sinalização. O asfalto está tão bom, porém quando não sabemos quando estamos na pista asfaltada ou quando estamos no acostamento do asfalto. E, aí é onde mora o perigo, pois fora do acostamento, cerca de cinqüenta centímetros, está o barranco. E quando encontramos um caminhão com luz alta, mesmo que o motorista tenha a complacência e baixe a sua luz, como o caminhão é alto e, sem sombra de dúvida, essa luz ofusca um pouco a visão, ainda mais quando está chovendo, conforme disse a Deputada, que teve que sair um pouco na lateral e se viu no acostamento e, mais um pouquinho, podemos cair do barranco. Então, é necessária a sinalização. Gostaria de pedir a presidência desta Casa que solicitasse a presença da Polícia Rodoviária, do Diretor do DETRAN e do Secretário Municipal do DMTRAN, para virem aqui conversar um pouco sobre essas situações que vem ocorrendo. No mínimo, nesses últimos dois meses, foram três acidentes em cabeceira de ponte, um acidente, inclusive, presenciei de perto o fato. O rapaz que estava de carona na moto bateu na ponte do Azul era um funcionário nosso da fazenda. O piloto da moto faleceu na hora e o rapaz ficou gravemente ferido. O segundo acidente foi no Mucajaí, quando um casal morreu perto da chegada de sua casa para receber o carinho de seus filhos, mas, quando viram, estavam em cima da ponte e, geralmente, nas cabeceiras das pontes há acúmulo de água. Esse último acidente deve ter sido provocado por isso. E onde a água vai escoar? Então, alguém tem que tomar providências. Ou a firma, ou a Polícia Rodoviária deve cobrar, pois o asfalto está bom, à noite, tudo é escuro e não sabemos onde estamos, porque não tem um faixa de segurança no asfalto e as placas foram arrancadas na recuperação do asfalto, o que agradeceremos muito. Creio que está na hora de tomarem providências, recolocarem as placas e sinalizarem esse asfalto. Mas há outro problema, já falei aqui uma vez, faz um ano que a Lei Seca existe, mas parece que ela está caindo no esquecimento, parece que ninguém tem cobrado dos motoristas essa determinação. É no hospital que está a maior dificuldade para atender alguém que esta com problemas, porque lá está tomado por vítimas de acidente, principalmente, acidentados com moto. Quando a gente vai ao Centro Cívico ao meio dia ou ás seis horas da tarde, é um Deus nos acuda, ninguém tem paciência, principalmente os motoqueiros. Não sei onde os motoqueiros arranjam tanta coragem, sabendo que o próprio corpo é o pára-choque. Mas não mudam de postura, eles vêem os acidentados, mas continuam imprudentes. Se eles não pensam, a Polícia Rodoviária, o DETRAN, o SINTRAN devem achar uma fórmula, juntos com os Deputados Estaduais estudar uma lei para regularizar isso, pois alguma coisa nós temos que fazer, caso contrário, amanhã os acidentados ficarão na lateral do hospital, lá dentro não tem mais lugar, e os que estão doentes, os que estão com problemas para tratarem, não terão lugar. Isso é algo preocupante. Eu que sou pai, avô, fico preocupado, pois penso que se um filho meu tiver que ir para o hospital e tiver que ser atendido prontamente, não haverá como, lá parecer estar tudo tomado. Então, está na hora de pensarmos em alguma coisa para mudar. Quero agradecer a paciência de todos e deixar aqui o meu alerta. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Bom dia, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, público presente. Senhor Presidente, ontem, mais uma vez, á tarde, encontramos com as pessoas envolvidas na questão do reassentamento do Truaru. Desde a abertura da Associação na Junta Comercial de 2004, a Associação de Trabalhadores Rurais em Regime Familiar do Truaru, desde quando eles legalizaram sua associação, eles não tinham conhecimento, da nova reserva que querem fazer, justamente, na área pretendida pelos indígenas, no total de 17 famílias até aquele momento que seriam trazidos da Raposa/Serra do Sol e seriam realocados lá, tudo isso documentado pelo INCRA. Ontem, um assessor do **Titonho** quase bate no **Edvan** para ficar com esses documentos, pois ele não sabia como tinha ido parar nas mãos do **Edvan** tal documento. Eram todas as áreas destinadas ao assentamento familiar e nada de comunidade indígena, e aqui a área pretendia pelos indígenas, que eram 17 famílias. Depois da nova realocação é que os índios entraram na área, sumiram as divisórias que eram das outras famílias, só ficou o novo documento que eles hoje apresentam, o das oito famílias que, no caso o **Gerônimo Cabral** pai, e o **Edvan,** da antiga sede da Fazenda Bamerindus e outras localidades não se sabe onde estão os documentos. Eles não sabem onde estão os antigos documentos. Onde quero tratar esse fato, com base em várias denúncias dos moradores que lá estão muito antes dos reassentados pelo próprio INCRA. O próprio INCRA destinou essa área, tem um laudo, foi lido na íntegra na primeira reunião, onde eles falaram dos novos assentamentos, para as pessoas que viriam da Raposa/Serra do Sol. Todo documento só fala em assentamento, não se fala em invasão, em área indígena. E, de lá pra cá, depois da abertura, o Governador **Anchieta,** em visita ao ITERAIMA, juntamente com o **Zé Reinaldo** onde foram recebidas as 500 famílias. No dia 10 de maio, fomos até ao Governador, e ficou decidido pelo Ministro que aqui estava MDA e o Presidente do INCRA Nacional, enfim garantiram que seria toda a área para o assentamento, e que ninguém sairia, e que nenhum indígena iria permanecer lá, porque após o Decreto da demarcação da Raposa/Serra do Sol não poderiam formar novas áreas, coincidentemente, umas pessoas precisaram ir até a fazenda mais uma vez, e quando chegaram lá foram ameaçados de morte, o gado foi furado, tocaram fogo na escola. Isso tudo está comprovado em laudo da Polícia Civil com o Delegado **Rodrigo Luiz Culaim.** E para não ficar só na esfera da Polícia Civil, eles pediram ajuda da Polícia Federal, que já ouviu o termo declaratório dos Delegados e das vítimas. Tudo isso já é um novo acompanhamento mostrando que, se não tivermos responsabilidade com a situação, uma nova área indígena será criada, pouco mais de 30 quilômetros de Boa Vista, isso nós não vamos aceitar porque em quase 7 mil hectares de terra ficaram 2.898 hectares para todos os assentados, e um pouco mais de 3,239 hectares para a comunidade Lago da Praia, que não tem nenhum registro, nem na FUNASA, INCRA ou FUNAI que reconhecem essa localidade como comunidade indígena. O próprio INCRA reconhece isso como sendo a Gleba Murupu, reassentamento do Truaru. O Projeto do INCRA é claro, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Superintendência Regional, implementação e implantação do reassentamento de moradores para Projeto de Assentamento Nova Amazônia. A próxima reunião com o **Titônio** vai ser no PA, ontem eu pedi aos Senhores **Jerônimo, Ivam, Francisco, Teixeira, Fábio** para não irem, mas esperar uma nova reunião. Eles disseram que já cansaram, são mais de 200 famílias, totalizando 500 pessoas, que vão resistir, e vão expulsar os índios. E antes que aconteça, estou fazendo este comunicado. Temos uma reunião às 16 horas, pedi que aguardassem a Deputada **Aurelina Medeiros** juntamente como o Deputado **Zé Reinaldo,** faço o convite ao Senhor **Pedro**, que tem sido um baluarte, e ontem ele me disse que o **Titonho** estava fazendo sacanagem! Peça! Para realocar as posses da terra para o Governo do Estado, ou ITERAIAMA. Ele disse que já tem um Projeto de todo o reassentamento, inclusive com todas as pessoas que vão ser indenizadas da Reserva Raposa/Serra do Sol, São Marcos e outras áreas que não foram indenizadas. O **Pedro** tem sido verdadeiro com essas colocações. E eu pergunto: por que o **Titonho** não passa a responsabilidade para o ITERAIMA, para o Governo do Estado ou para a Assembléia Legislativa? Eu acredito que tenha algum mistério nessa história. É preciso colocar os novos marcos do assentamento, porque da última vez que o INCRA esteve lá não foi bem recebido.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros -** Senhor Deputado, só para complementar o que Vossa Excelência está expondo, parece até briga de criança. É difícil interferir em uma situação como essa. No Truaru é área de assentamento, é um Projeto de Assentamento, na Lei 10.304 e na regulamentação do Presidente **Lula.** Os Projetos de Assentamentos são responsabilidades do INCRA, juridicamente se há um documento criando área de assentamento não pode se criar uma área de reserva indígena. O Governador recebeu a Comissão e garantiu a eles, como não era sua competência, ofereceu apoio jurídico que precisassem para resolver a questão, e garantiu uma audiência com o Ministro do Desenvolvimento Agrário e com o Presidente do INCRA. Chega aqui o Ministro e o Presidente, **Titonho** diz que não vai fazer nada disso, porque ele não pode fazer, pois o que está acertado é reassentar as famílias aqui. Isso, até porque existe uma Lei que independe da regulamentação da Lei nº 10304 o reassentamento, como é o Governo federal que está tirando das áreas da FUNAI, é o Governo Federal quem promove o reassentamento pelas instruções normativas do INCRA. As pessoas retiradas seriam colocadas em lotes de assentamento em tamanho dos módulos dos respectivos assentamentos. Então, quando eu digo que parece coisa de criança, é porque não dá para a gente entender muito bem. A Lei não permite que se crie uma reserva indígena ali dentro, o Ministro

diz que não se pode criar, o INCRA diz que não é para criar. Portanto, o Governo Federal se posicionou: O Estado não pode chegar lá e interferir. Então, é difícil a gente saber, a não ser se a gente for lá pessoalmente e tome posição de doido, dizendo que não vamos deixar o INCRA fazer o que pretende. Na verdade, não existe posicionamento legal, não existe decisão política nenhuma, a não ser que, por trás, o Governo Federal esteja dando outra orientação para o **Titonho,** porque se não for, é onde, eu digo, que o Juiz dá curto. Não dá para entender, não sei se ele está recebendo outra orientação por trás do que foi decidido em audiência com o Governador. É uma situação difícil, parece ser picuinha, mas sei que o caminho a seguir é o jurídico, pois ao se criar uma reserva dentro de uma área de assentamento é um ato ilegal, e aí, só a justiça pode determinar isso. Muito obrigada, Deputado.

O Senhor Deputado **Ivo Som** continua**. -** No final da reunião, Senhores Deputados, nos encontramos com o Ministro do MDA, Deputado **Zé Reinaldo,** eu e o representante de todos os movimentos, e o Governador e chamou o **Titonho** e disse: **Titonho**, você está brincando com coisa séria? E convidou para se sentar com ele e disse: Não permanece em área indígena e sim como reassentamento com os que lá estão, inclusive, no documento lido, desde o **Ramiro Teixeira** que, na época, colocou todo o seu laudo e parecer, junto a Doutora **Sílvia**, Procuradora do INCRA. Naquele momento, não poderia ser transformada em área indígena e sim reassentados. O parecer final está aqui. Então, isso é preocupante, mas não vamos desistir. A minha preocupação é que, realmente, essas pessoas ajam com força, violência para não perderem suas terras mais uma vez. Aqui, houve mais ou menos dez ocorrências policiais, inclusive, na sexta-feira, a **Kátia** e o **Francisco** foram ameaçados de morte pelos Tuxauas. Isso é preocupante, não podemos admitir nem aceitar essa situação. Para finalizar, Senhor Presidente, quero deixar claro que os reassentados não querem que nenhum indígena saia de lá. Querem que eles permaneçam. Mas, da forma como está no projeto, como reassentados, e que a mesma área destinada para um, seja para o outro. Agora, querem tirar quatrocentos hectares, e destinar para cada família apenas 60 hectares. E isso é só no reassentamento, porque o total de três milhões e duzentos e poucos mil vão ficar para as comunidades indígenas. É isso o que não aceitam. Não podemos ser omissos. Quero agradecer a atenção de todos e desejar a todos um Feliz Dia dos Namorados e muita sorte a todos.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais nenhum Deputado inscrito para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia com a discussão e votação em turno único de Projeto de Lei nº 021/09, que "Altera dispositivos da Lei nº 059, de 28.12.93, que "Dispõe sobre o Sistema Tributário Estadual e dá outras providências"; e do Projeto de Lei nº 022/09, que "Altera a Lei nº 318, de 31.12.01, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais de estímulo à realização de projetos culturais no Estado de Roraima".

Suspendo a Sessão, pelo tempo necessário, para que as Comissões em Conjunto possam analisar e emitir Parecer aos referidos Projetos.

Após o tempo estipulado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Dou por reaberta a Sessão, informando que os Projetos de Lei nºs 021/09 e 022/09 receberam Pedido de Adiamento de Discussão nas Comissões em Conjunto, portanto, transferidos para a pauta da Ordem do Dia da próxima Sessão.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra em Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão, convoco outra para o dia 16, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Erci de Moraes, Flávio Chaves, Ivo Som, Jalser Renier, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Raul Lima, Remídio Monai, Ronaldo Trajano, Sargento Damosiel, Socorro Simões** e **Tião Portella.**

Aprovada Ata Sucinta em: 16/06/09





